

4600052694

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE, ENTRE SI, CELEBRAM A COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE E A ASSOCIAÇÃO INCUBADORA PORTO SOCIAL, OBJETIVANDO A COLABORAÇÃO E PARTICIPAÇÃO NA DISSEMINAÇÃO DE AÇÕES PARA CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE O USO SEGURO E EFICIENTE DA ENERGIA ELÉTRICA.

A **COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**, concessionária de serviço público de energia elétrica, com sede na Avenida João de Barros, nº 111, Boa Vista, CEP 50050-902 na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, inscrita no CNPJ/MF nº 10.835.932/0001-08, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada simplesmente **CELPE** e o

**ASSOCIAÇÃO INCUBADORA PORTO SOCIAL**, aceleradora e incubadora de ONGs, projetos sociais e negócios de impacto social, situada na Rua Marques de Amorim, 356 - Ilha do Leite, Recife-PE, CEP: 50070-330, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social, por dois procuradores infrassinados, doravante denominado simplesmente **PORTO SOCIAL**, e, em conjunto denominados **PARTES**.

**CONSIDERANDO:**

- As ações educativas e socioambientais de comunidades populares, de Eficiência Energética da **CELPE**, realizadas no âmbito do Programa Eficiência Energética da Distribuidora, regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que tem por objetivo promover a reflexão e o diálogo sobre o uso eficiente e seguro da energia elétrica e sensibilizar os consumidores residenciais de comunidades populares, escolas e entidades sem fins lucrativos para a importância da mudança de hábitos com estímulo à proteção ao meio ambiente.
- Que o **PORTO SOCIAL**, é uma aceleradora e incubadora de ONGs, projetos sociais e negócios de impacto social que através de um Programa Educacional atende e qualifica empreendedores sociais através de palestras, cursos, workshops e mentorias. Atua na Região Metropolitana do Recife reunindo um ecossistema social de 200 projetos sociais que atendem todas os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pela ONU na Agenda 2030.
- Que a **CELPE** é uma empresa que contribui com governos e organizações na disseminação de informações para eficiência energética e educação ambiental; e
- Que as ações para conscientização sobre o uso seguro e eficiente da energia elétrica, em comunidades populares, no âmbito do Programa de Eficiência Energética, vem sendo implementado pela **CELPE** e está em total consonância com os objetivos do **PORTO SOCIAL**, na atuação com projetos sociais.

As partes resolvem, em comum acordo, celebrar o presente **CONVÊNIO**, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1.** Constitui objeto deste **CONVÊNIO** a disponibilização de Gestores Sociais habilitados e capacitados para atuarem em comunidades populares na área de influência da **CELPE**, com as ações listadas abaixo:

- 1.1.1 Sensibilização para a conscientização sobre o uso seguro e eficiente de energia elétrica nas comunidades onde os projetos sociais do **PORTO SOCIAL** estão inseridos;
- 1.1.2 Mapeamento da área de atuação do **PORTO SOCIAL** e dos consumidores a fim de priorizar as comunidades com maior impacto no número de pessoas e projetos sociais;
- 1.1.3 Difundir os temas: meio ambiente, sustentabilidade, eficiência energética, segurança no uso da energia elétrica e coleta de resíduos recicláveis;
- 1.1.4 Utilização da metodologia a causa da VIDA, o cuidar de pessoas, sendo feita através da conscientização utilizando os líderes sociais que já atuam na promoção da vida e do bem;
- 1.1.5 Monitorar os resultados da aplicação das metodologias aplicadas visando quantificar os resultados alcançados.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

2.1 Para a consecução do Objeto deste Convênio, as **PARTES** se obrigam a respeitar a legislação em vigor, bem como as normas, regulamentos, instruções ou quaisquer outras disposições vigentes ou aplicáveis a cada instituição.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES**

3.1 As **PARTES** comprometem-se a disponibilizar recursos técnicos e informações, de acordo com as demandas, para a implementação das atividades a serem executadas.

### **3.2 DAS OBRIGAÇÕES DO PORTO SOCIAL:**

- 3.2.1 Realizar mapeamento de pelo menos 27 comunidades, realizando a capacitação e reconhecimento dos Gestores Sociais, delimitando as comunidades e o público de atuação;
- 3.2.2 Mapear as comunidades que apresentam o maior número de projetos sociais visando a sinergia com aplicação dos conceitos do uso seguro e eficiente da energia;
- 3.2.3 Definir plano de trabalho após mapeamento e elaborar cronograma de atuação;
- 3.2.4 Disponibilizar os Gestores Sociais para que a **CELPE** realize capacitação de forma que os mesmos possam ser multiplicadores dos temas: meio ambiente, sustentabilidade, eficiência energética, segurança no uso da energia elétrica e coleta de resíduos recicláveis;
- 3.2.5 Após as capacitações, apresentar um cronograma de atuação dos Gestores Sociais;
- 3.2.6 Nomear os Gestores Sociais como "Embaixadores do Programa nas comunidades". Esse título será dado aos gestores dos projetos sociais;
- 3.2.7 Premiar os embaixadores que mais se envolverem no projeto e promoverem redução de consumo de energia conforme metodologia a ser desenvolvida;
- 3.2.8 Submeter para aprovação da **CELPE** a metodologia de sensibilização de cada Gestor Social;

- 3.2.9 Utilizar a metodologia provada pela **CELPE** em conjunto com "a causa da VIDA, o cuidar de pessoas", com os líderes sociais que já atuam na promoção da vida e do bem;
- 3.2.10 Desenvolver para o público de atuação uma forma de envolvimento e engajamento no projeto;
- 3.2.11 Medir a atuação nas comunidades quantificando a eficácia das ações. A Metodologia de medição deve ser elaborada pelo **PORTO SOCIAL** e apresentada a **CELPE** para apreciação;
- 3.2.12 Destinar as ações de sensibilização às famílias, donas de casa, profissionais autônomos, crianças, comerciantes locais, comunidade escolar, entre outros;
- 3.2.13 Realizar mobilização de atuação nas comunidades através dos projetos sociais, Ex: Produção de vídeos para "viralização" via grupos de whatsapp das comunidades; blitzs nas comunidades através de peças teatrais, gincanas, jogos lúdicos etc;
- 3.2.14 Desenhar um plano de trabalho com respectivo cronograma das atividades a serem desenvolvidas, contendo o número de palestras, pessoas engajadas e mobilizações previstas, de forma a cumprir no mínimo 3 comunidades por mês, totalizando 6.750 (seis mil, setecentos e cinquenta) pessoas sensibilizadas no final do Projeto em pelo menos 27 comunidades até dezembro de 2019;
- 3.2.15 Divulgar os projetos e ações de Eficiência Energética da **CELPE**;
- 3.2.16 Utilizar o material técnico e institucional disponibilizado pela **CELPE** nas atuações de sensibilização, podendo o **PORTO SOCIAL** propor alterações nos materiais que julgar necessárias;
- 3.2.17 Apresentar para aprovação prévia da **CELPE**, toda e qualquer peça publicitária confeccionada com a logomarca da empresa;
- 3.2.18 Entregar, mensalmente, à **CELPE** relatório com número de palestras, pessoas engajadas e mobilizações contendo: cópia das páginas do livro de assinatura dos participantes; lista de frequência dos Gestores Sociais, número de participantes (com informação dos dados pessoais, Conta Contrato da **CELPE**, CPF, identificação da comunidade etc). A entrega dos relatórios deverá ser realizada até o 5º dia útil do mês subsequente;
- 3.2.19 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações legais pertinentes, visando à perfeita execução das sensibilizações nas comunidades;
- 3.2.20 Responsabiliza-se pelo cumprimento da meta anual de participantes, conforme determinado pela **CELPE** no item 3.2.14 do convênio;
- 3.2.21 Responsabilizar-se pelo pagamento de todas as obrigações financeiras relativas à contratação e manutenção dos Gestores Sociais para as sensibilizações nas comunidades;
- 3.2.22 Seguir o cronograma físico elaborado com a **CELPE** para que possa receber os valores mensais acordados nesse **CONVÊNIO**;
- 3.2.23 Envio de todas as documentações necessárias aos órgãos competentes para instalação física dos equipamentos de apoio na culminância nas comunidades (palco, sonorização, por exemplo).



### 3.3 DAS OBRIGAÇÕES DA CELPE:

- 3.2.1. Capacitar os Gestores Sociais nos conteúdos específicos de meio ambiente, sustentabilidade, eficiência energética, segurança no uso da energia elétrica e coleta de resíduos recicláveis;
- 3.2.2. Assegurar o pagamento dos valores previstos na Clausula Quarta, mediante depósito bancário na conta do **PORTO SOCIAL**;
- 3.2.3. Fornecer peças publicitárias, bike som, vídeos institucionais, tendas, coberturas, palco e sonorização para exibição nas atividades realizadas pelo **PORTO SOCIAL** no âmbito deste convênio;
- 3.2.4. Desenvolver material educacional para cada embaixador para apoiá-los na disseminação das informações nas comunidades;
- 3.2.5. Realizar reuniões mensais para acompanhamento do projeto;
- 3.2.6. Apresentar para aprovação prévia do **PORTO SOCIAL**, toda e qualquer peça publicitária confeccionada com a logomarca do **PORTO SOCIAL**;
- 3.2.7. Depositar na conta indicada pelo **PORTO SOCIAL**, valor correspondente ao previsto na Cláusula Quarta abaixo, conforme os cronogramas físico e financeiro constantes no **Anexo 1**. Os desembolsos serão realizados mediante apresentação dos Relatórios Técnicos contendo as evidências apontadas no referido Anexo;
- 3.2.8. Acompanhar as atividades pertinentes ao desenvolvimento da Parceria;
- 3.2.9. Prestar todas as informações e oferecer colaboração que, eventualmente, for solicitada pelo **PORTO SOCIAL** para a perfeita execução da parceria;

### CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1. O valor global estimado para a realização do objeto deste **CONVÊNIO** é de **R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais)**, a ser repassado, observando o estabelecido nos cronogramas de evidências do **Anexo 1**, com valores sintetizados no quadro abaixo:

2019	TOTAL
abr/19 à dez/19	
R\$ 270.000,00	R\$ 270.000,00

4.2. Os valores descritos no **anexo 1** devem ser depositados ao **PORTO SOCIAL**, no Banco Itaú, agência 3175, conta corrente 33131-7, CNPJ: 25.087.812/0001-47.

4.3. Os pagamentos serão efetuados em até 10 (dez) dias após a aprovação pelo Gestor do **CONTRATO** das respectivas notas de débito/recibos emitidos pelo **PORTO SOCIAL**, aceitando o **PORTO SOCIAL** um período de tolerância de 05 (cinco) dias neste prazo, no qual não poderão ser cobrados quaisquer encargos moratórios.

4.4. Todo e quaisquer tributos, sejam impostos, taxas ou contribuições e/ou encargos trabalhistas, incidentes, direta ou indiretamente, sobre o objeto deste **CONVÊNIO** serão de exclusiva responsabilidade do PORTO SOCIAL, e já estão incluídos no valor supracitado.

4.5 Na hipótese da **CELPE** ser considerada substituta tributária está, desde já, autorizada a proceder aos descontos necessários ao cumprimento do disposto na legislação pátria sobre valor total da contratação.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES**

5.1 As Partes obrigam-se por si, seus empregados e prepostos que vierem a designar para a consecução dos objetos constantes deste **CONVÊNIO** a manter sob sigilo, a qualquer tempo, inclusive após a extinção do prazo do presente instrumento, todas as informações, dados, materiais, pormenores, documentos, especificações técnicas e comerciais de produtos e serviços das Partes que venham a ter conhecimento, acesso ou que lhes tem sido confiados, que envolvam os objetos deste **CONVÊNIO**, independentemente da forma como delas tiverem conhecimento.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES**

6.1 Este instrumento terá vigência pelo prazo de 9 (nove) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por período a ser acordado entre as partes, mediante mútuo acordo entre estas, por meio da celebração de Aditivo a este **CONVÊNIO**.

**Parágrafo Único** – O presente **CONVÊNIO** poderá ser modificado de comum acordo entre as Partes, mediante a celebração de Termo Aditivo, com atenção à limitação de vigência da Cláusula acima.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA DIVULGAÇÃO, DA COMUNICAÇÃO E DOS CRÉDITOS NOS PRODUTOS.**

7.1. Os resultados técnicos de todo e qualquer desenvolvimento decorrentes de trabalhos no âmbito do presente instrumento serão atribuídos às Partes, conjuntamente, sendo vedada a sua divulgação total e parcial sem consentimento prévio e formal da parte contrária.

7.2. Sempre que houver a divulgação das atividades desenvolvidas, deverá ser mencionado o presente instrumento as logomarcas das Partes e do PEE (Programa de Eficiência Energética da ANEEL);

**Parágrafo primeiro.** Toda forma de divulgação de produtos fruto deste **CONVÊNIO** deverá ter caráter estritamente educativo, informativo ou de orientação social e econômica, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem a promoção pessoal.

**Parágrafo segundo.** O presente instrumento somente confere às Partes o direito de utilizar as marcas uma da outra para fins de divulgação, publicação ou produção de documentos relacionados ao presente **CONVÊNIO**, desde que prévia e expressamente aprovado pelo detentor da marca.

**Parágrafo terceiro.** Dependerá sempre de aprovação prévia e expressa por parte da outra parte, a utilização da marca, cabendo citar a título exemplificativo: (i) divulgação de peças e campanhas publicitárias; (ii) divulgação de resultados ou de produtos resultantes dos esforços regulados por este **CONVÊNIO**; e (iii) participação de outros parceiros econômicos na publicidade ou disseminação desses resultados ou produtos, seja a título de apoio, patrocínio ou de qualquer outra maneira que possa vir a resultar na apresentação conjunta das marcas com as de terceiros, ou na sua associação.



**Parágrafo quarto.** As partes somente utilizarão as marcas uma da outra e do PEE da ANEEL para fins de divulgação, publicação ou produção de documentos relacionados ao presente **CONVÊNIO**, cessando-a com o seu encerramento.

**Parágrafo quinto.** Em qualquer divulgação escrita deve-se citar que o projeto faz parte do Programa de Eficiência Energética regulado pela ANEEL.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA INDEPENDÊNCIA DE OPINIÕES**

**8.1.** As Partes reconhecem e acordam que o presente **CONVÊNIO** não impede a emissão de comentários públicos de cada uma das Partes, sobre quaisquer assuntos e temas, mantendo sua independência de opiniões sobre quaisquer assuntos e temas não relacionados a este Acordo ou a seu Projeto.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIDADES LEGAIS**

**9.1.** As Partes são responsáveis, cada qual isoladamente, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e securitários referentes a seus empregados, funcionários, prepostos ou contratados destacados para a execução de quaisquer atividades relacionadas ao cumprimento do presente **CONVÊNIO**;

**9.2** Fica o **PORTO SOCIAL** responsável por qualquer ação trabalhista demandada pelos Gestores Sociais em decorrência da ação promovida por esse convênio, bem como de todos os danos daí decorrentes

**9.3.** A Porto Social deve indenizar a CELPE e/ou terceiros por quaisquer danos causados relacionados a execução do objeto do **CONTRATO**.

**9.4.** A subcontratação é vedada pela **PORTO SOCIAL**, salvo se expressamente autorizada pela **CELPE**, devendo a **PORTO SOCIAL** se responsabilizar integralmente pelos seus subcontratados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO**

**10.1.** Na ocorrência de qualquer fato que demonstre, comprovadamente, o comprometimento do objeto do presente **CONVÊNIO**, as Partes poderão, em conjunto ou separadamente, a qualquer tempo, denunciá-lo, mediante comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações contraídas no prazo em que tenha vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios no mesmo período.

**Parágrafo Único** – Constitui motivo para denúncia do presente **CONVÊNIO** o descumprimento de quaisquer de suas cláusulas ou condições estabelecidas nos Instrumentos Jurídicos, bem como qualquer descumprimento da legislação ambiental vigente no país.

**10.2.** Na ocorrência da rescisão, por quaisquer das partes, deve a **CELPE** ser isentada de todo e qualquer pagamento vincendo, devendo a **PORTO SOCIAL** ressarcir os trabalhos eventualmente já pagos e não realizados,

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA NATUREZA DO CONVÊNIO E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

**11.1.** O presente Acordo rege-se pelas normas de Direito Civil, respeitadas as particularidades inerentes ao regime jurídico ao qual se submetem as Partes, não havendo entre estas qualquer forma de sociedade, associação ou representação entre ambas.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CÓDIGO DE ÉTICA

12.1. O **PORTO SOCIAL** declara conhecer o Código de Ética da Neoenergia, disponível em <http://www.neoenergia.com.br>, comprometendo-se a observar por si, por seus administradores, prepostos, representantes e empregados, os seus princípios e diretrizes, mantendo, durante toda a sua relação com a CELPE e/ou com terceiros relacionados ao objeto do Convênio, os mais elevados padrões de ética e integridade.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS LEIS ANTICORRUPÇÃO

13.1. As Partes declaram que conhecem as várias leis e convenções aplicáveis no BRASIL que proíbem atos de corrupção e outros atos lesivos contra a administração pública, dentre elas a Convenção Anticorrupção da OCDE, a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Decreto Federal nº 5.687/06), o Código Penal Brasileiro, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), Lei nº 9.613/98 e a Lei nº 12.846/2013, doravante denominadas, em conjunto, “Leis Anticorrupção”. Em todas as atividades e atos relacionados ao presente **CONVÊNIO**, comprometem-se as Partes a cumprirem e fazerem cumprir, por si e por seus administradores, colaboradores e terceiros, rigorosamente, as Leis Anticorrupção.

13.2. O **PORTO SOCIAL** declara ainda que conhece as disposições relacionadas com o combate à corrupção, seja ela pública ou privada, contidas no Código de Ética da Neoenergia e compromete-se a cumprir fielmente essas disposições, comprometendo-se ainda a denunciar à Neoenergia qualquer infração a essas disposições que venha a ser do seu conhecimento, na forma disciplinada em 13.1.

13.3. Obrigam-se as Partes de forma irrevogável, a não prometer, oferecer, dar, patrocinar, incentivar, obrigar ou concordar, direta ou indiretamente, com subornos, fraudes, tráfico de influência, extorsão, vantagem indevida (seja em dinheiro, presentes, descontos, favores ou qualquer outra coisa de valor), a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada, nem praticar quaisquer dos atos vedados pelas Leis Anticorrupção. Comprometem-se, ainda, a adotar as melhores práticas de Governança com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus administradores, colaboradores, prepostos ou terceiros, de acordo o disposto no artigo 7º, inciso VIII, da Lei nº 12.846/2013 e na Lei nº 9.613/98 e suas respectivas modificações e regulamentações.

13.4. As Partes deverão observar e fazer observar, por seus fornecedores, prepostos, empregados, colaboradores em geral, prestadores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética e integridade durante todo o prazo de vigência deste **CONVÊNIO**.

13.5. As Partes declaram que nos últimos 5 (cinco) anos não foram objeto de nenhuma investigação, inquérito ou processo administrativo ou judicial relacionado ao descumprimento das Leis Anticorrupção ou de lavagem de dinheiro, e que suas atividades estão em conformidade com estas leis.

14.6. As Partes declaram, ainda, que não há qualquer agente público ou pessoa a elas relacionada que receberá, direta ou indiretamente, benefícios ou vantagens em decorrência do presente **CONVÊNIO**.

13.7. Qualquer violação, de qualquer uma das Partes, das Leis Anticorrupção ou da presente Cláusula 14. (DAS LEIS ANTICORRUPÇÃO) será considerada uma infração grave a este **CONVÊNIO**, consistirá justa causa para sua rescisão motivada, conferindo à outra parte o direito de declarar rescindido imediatamente o presente **CONVÊNIO**, sem qualquer ônus ou penalidade, ficando o **PORTO SOCIAL** responsável pelas perdas e danos a que der causa, nos termos da lei aplicável.



13.8. O presente **CONVÊNIO** poderá ser imediatamente rescindido por qualquer das Partes, ainda, na hipótese de participação ou envolvimento comprovado da outra parte, diretamente ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas e/ou obstrutivas (conforme Diretrizes e definições do Banco Mundial), ou em lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores (conforme Lei nº 9.613/98), seja na execução do presente **CONVÊNIO** ou em quaisquer outros convênios em que figurar como parte, seja com entes públicos ou privados.

13.9. As Partes notificarão a outra prontamente, por escrito, a respeito de qualquer suspeita ou violação do disposto nas Leis Anticorrupção ou às disposições desta Cláusula 14. (DAS LEIS ANTICORRUPÇÃO) ou de qualquer suspeita de participação em práticas de suborno ou corrupção, assim como o descumprimento de qualquer declaração prevista nesta Cláusula 14. (DAS LEIS ANTICORRUPÇÃO).

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA NOVAÇÃO

14.1 A tolerância de qualquer das Partes a respeito de eventuais infrações de qualquer das obrigações estipuladas no **CONTRATO** não induzirá novação nem renúncia aos direitos nele conferidos, mas configurará mera liberalidade de uma parte em favor da outra.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Recife, Capital do Estado de Pernambuco, como o único competente para apreciar e dirimir as dúvidas e controvérsias porventura decorrentes da interpretação e execução deste **CONVÊNIO**. E por estarem justos e acordados, assinam as **PARTES** este **CONVÊNIO** em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo nomeadas, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, obrigando-se por si e seus sucessores.


Recife, 16 de ABRIL de 2019.

Pela COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO


  
NOME: \_\_\_\_\_  
CPF/MF: \_\_\_\_\_  
  
ANTONIO CARLOS SANCHES  
Diretor Presidente

  
NOME: \_\_\_\_\_  
CPF/MF: \_\_\_\_\_  
ENERGIA  
EDUARDO BARONI JUNIOR  
Superintendente de Regulação

Pelo PORTO SOCIAL

  
Nome: FABIO HENRIQUE ALVES DA SILVA  
CPF: 934.046.204-10

TESTEMUNHAS:

  
NOME: Luis Rodriguez dos Santos  
CPF/MF: 073.026.534-78

  
NOME: FABIO FERNANDES PINTO  
CPF/MF: 029.642.894-92